

CRISE DEMOCRÁTICA E AS PROPOSIÇÕES DO MUNICIPALISMO LIBERTÁRIO DE MURRAY BOOKCHIN E DO RADICALISMO DEMOCRÁTICO DE CHANTAL MOUFFE

Isaías Albertin de Moraes*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e comparar os escritos de Murray Bookchin e sua Teoria de Municipalismo Libertário e os de Chantal Mouffe com seu Radicalismo Democrático. Ambos, pouco estudados no Brasil, têm seus escritos marcados pela busca de uma democracia mais radical e plural. A hipótese que o texto levanta é a de que enquanto o pensamento de Bookchin visa não somente a radicalização da democracia, mas a adoção do próprio método democrático em sua forma mais pura como mecanismo de superação do sistema capitalista; as prescrições de Mouffe se mantêm reformistas e de certo modo flertando com o liberalismo, a despeito de utilizar um campo semântico e conceitual socialista. A apresentação dos autores e de seus pensamentos respeitou a ordem cronológica na qual cada um produziu seus trabalhos, Bookchin na década de 1960 e Mouffe na década de 1990. Assim, na primeira parte dedicou-se a explicar sobre o Municipalismo Libertário, na segunda parte sobre o Radicalismo Democrático e, nas considerações finais, o trabalho intentou em fazer um balanço entre as duas teorias.

Palavras-chave: Crise democrática; Teoria democrática; Nova esquerda; Municipalismo Libertário; Radicalismo democrático.

ABSTRACT

This paper aims to present and compare the writings of Murray Bookchin and his Theory of Libertarian Municipalism and those of Chantal Mouffe with her Democratic Radicalism. Both, not too studied in Brazil, have their writings marked by the search for a more radical and plural democracy. The hypothesis that the text raises is that while Bookchin's thought seeks not only the radicalization of democracy, but the adoption of the democratic method itself in its purest form as a mechanism for overcoming the capitalist system; Mouffe's prescriptions remain reformist and in a way flirting with liberalism, despite using a semantic and conceptual socialist field. The presentation of the authors and their thoughts respected the chronological order in which each one produced their works, Bookchin in the 1960s and Mouffe in the 1990s. Thus, in the first part, the text dedicated to explaining Libertarian Municipalism in the second part about Democratic Radicalism and in the final considerations the work intends to make a balance between the two theories.

Keywords: Democratic Crisis; Democratic theory; New left; Libertarian Municipalism; Democratic radicalism.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pesquisador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC) da UNESP. Araraquara, SP, Brasil. E-mail: isaias.a.moraes@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1839-803X>

INTRODUÇÃO

Atualmente, há uma notória e latente crise política global com ressonância no antigo sistema de representatividade, sobretudo o modelo partidário. A atual crise da política em nível mundial, a despeito de agravar o niilismo passivo, o ressentimento, a desesperança em diversos indivíduos, possibilitando o surgimento de governos populistas de direita e de neoconservadores, não deixa de ser também uma dessas raras e ricas oportunidades de repensar a organização social-política e econômica da sociedade. Nesse ensejo, alguns trabalhos como de Ernesto Laclau, de Chantal Mouffe, de David Trend, de Murray Bookchin, de Mangabeira Unger, de Vladimir Safatle, entre outros vêm apontando uma virada democrática radical como um possível caminho para solucionar a descrença na política contemporânea.

Etimologicamente, democracia significa *demos* (povo) e *kratos* (autoridade), logo, democracia é poder pertencendo ao povo. Segundo Bobbio (1986, p.12), “[...] se inclui no conceito geral de democracia a estratégia do compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria”. A busca pela construção de um

entendimento coletivo ou pela estruturação de uma hegemonia na sociedade, usualmente, pode se dar via democracia representativa – política ou de interesses – ou via democracia direta – *referendum*. A democracia por ser um método está, de acordo com Bobbio (1986), aberta a novas formas de organização e de conteúdo. Esses autores citados, cientes disso, buscam estabelecer novos métodos e arranjos democráticos.

A democracia representativa liberal, ou seja, onde o soberano é um legislativo eleito, é relativamente recente, surgindo na Grã-Bretanha após a Revolução Gloriosa de 1688. A participação popular direta nas instâncias decisórias, contudo, remonta aos conselhos tribais e comunais, passando pela organização política de Atenas clássica. Na condição da modernidade, a maior participação popular ocorreu em fases mais radicais das grandes revoluções burguesas dos Estados Unidos da América (EUA) e da França no século XVIII, nas experiências socialistas dos soviets independentes do Estado e do partido bolchevique na primeira fase da Revolução Russa (1917-1921), nas comunas e nos sindicatos espanhóis anarquistas durante a Guerra Civil

Espanhola (1936 – 1939) e no movimento Bhoodan-Gramdan na Índia nas décadas de 1950 e 1960.

Recentemente, com a crise na representatividade político-partidária e na própria democracia representativa do Estado liberal, houve uma revitalização da Teoria democrática em defesa de um modelo mais participativo e puro. Entre os modelos propostos que estão sendo analisados, estudados e colocados em experiência, dois estão se destacando: Municipalismo Libertário de Murray Bookchin e o Radicalismo Democrático de Chantal Mouffe. Ambos os autores foram adotados por movimentos sociais introjetados dentro de uma nova esquerda preocupada em elaborar novas maneiras de organizar a convivência e de compartilhar poderes.

Essa nova esquerda é “[...] mais ‘cultural’ e participativa, refratária a ordens unilaterais e hierarquias, que deseja uma nova economia, mas dá mais destaque, aos direitos, às liberdades, aos indivíduos” (Nogueira, 2013, p. 06). Isso faz com que antigos paradigmas vigentes não consigam atender a demanda dessa nova esquerda que está ciente da maior complexidade que o processo da

globalização e a revolução técnico-científico-informacional impuseram na sociedade moderna. A nova esquerda, assim, busca leituras originais e experiências de organização social-política e econômica fora da dicotomia vivenciada no século XX entre capitalistas-liberais vs socialistas-marxistas.

É diante desse cenário que autores, até então restritos aos círculos marginais e alternativos de organização social e política, estão alcançando maior prestígio e protagonismo em destacados centros de pesquisa e educacionais. São os casos de Bookchin e Mouffe. O Municipalismo Libertário de Bookchin conta com um importante centro de divulgação, o *Institute for Social Ecology*, e seus preceitos estão sendo adotados na Revolução de Rojava³⁴ no norte da Síria, fazendo com que seus estudos e ensaios ganhassem maior notoriedade nesta década. O Radicalismo Democrático de Mouffe, por sua vez, continua em construção e conta com significativa divulgação midiática por meio de entrevistas, de palestras e de textos da autora, além de ter caído nas graças de partidos e de

³⁴ Para um estudo acerca a Revolução de Rojava ver: Moraes, Vieira (2018).

movimentos de esquerda no ocidente, como o *Podemos* na Espanha.

O presente artigo, desse modo, tem como objetivo analisar os principais preceitos acerca da representatividade, da organização social-política e da democracia nos estudos de Bookchin e de Mouffe. Para tanto, adotou como procedimentos técnicos metodológicos uma abordagem sistemática e crítica das principais produções bibliográfica dos autores dentro da delimitação temática proposta. A hipótese que o texto levanta é a de que enquanto o pensamento de Bookchin visa não somente a radicalização da democracia, mas a adoção do próprio método democrático em sua forma mais pura como mecanismo de superação do sistema capitalista; as prescrições de Mouffe se mantêm reformistas e de certo modo dentro da esfera liberal, a despeito de utilizar um campo semântico e conceitual socialista. O artigo está dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais.

Na primeira seção, apresenta-se a biografia e as principais disposições do Municipalismo Libertário de Murray Bookchin. A segunda seção dedica-se em expor a biografia de Mouffe e as diretrizes e os entendimentos

fundamentais do seu Radicalismo Democrático. O artigo não tem a pretensão de esgotar o debate ou de fazer um estudo de estado da arte das obras dos autores. O artigo almeja muito mais introduzir a temática na pauta de pesquisas acadêmicas, propelindo futuros estudos nas obras desses importantes autores contemporâneos e em suas repercussões na sociedade e na política.

MUNICIPALISMO LIBERTÁRIO DE MURRAY BOOKCHIN

O Municipalismo Libertário foi desenvolvido por Murray Bookchin na década de 1960 nos EUA. Bookchin era um intelectual-militante, não oriundo do meio acadêmico, mas do movimento sindical. Filho de operários imigrantes russos, nascido em 1921 em Nova Iorque, ele teve contato com os escritos e a militância política desde muito novo em virtude de sua avó que frequentava grupos de orientação marxista e defensores da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Na adolescência, Bookchin frequentou a *Workers School lower Manhattan*, onde teve uma educação marxista-leninista, pautada na metodologia dialética materialista e na teoria do valor-trabalho (Biehl, 2019). Ao mesmo tempo,

Bookchin trabalhou um período como jornalista, posteriormente empregou-se em uma fundição de Nova Jersey. Nessa época, militou ativamente no movimento sindical, por meio da *United Electrical Workers*, recrutando membros para o *Socialist Workers Party (SWP)* (Biehl, 2014).

Em 1950, o *Manufacturing Belt* (cinturão da indústria) nos EUA estava enfrentando greves por melhores condições de trabalhos. Bookchin participou ativamente das manifestações que obtiveram sucesso em conquistar aumento salarial, mas, para o autor, isso representou a cooptação do proletariado pela burguesia. De acordo com Bookchin (1999), a classe operária foi aos poucos absorvendo um caráter reformista e abandonando o caminho da revolução.

Quando saímos vitoriosos da greve, e retornamos ao trabalho, eu me dei conta de uma mudança total, tanto na organização quanto entre os trabalhadores. Estava claro que o sindicalismo era agora aceito pela burguesia, e que os trabalhadores haviam abandonado seu espírito revolucionário, e estavam apenas interessados pelas vantagens materiais; em suma, reinava uma atmosfera de desmobilização da classe (Bookchin, 1999, p.10).

Para Bookchin (1999), o movimento sindicalista e a classe trabalhadora estavam enfraquecidos como espaço e como atores revolucionários. Havia limites políticos,

sociais e econômicos impostos pela estrutura capitalista. Interessante notar que a conclusão que Bookchin chega é a mesma que Jacob Gorender apresenta de forma mais bem-acabada em sua obra *Marxismo sem utopia* de 1999. De acordo com Gorender (1999), a classe operária no decorrer do processo histórico para sua solidificação como ator social-político e econômico teria demonstrado ser ontologicamente reformista. Desse modo, o proletariado não teria mais como cumprir o papel revolucionário que Karl Marx e Friedrich Engels professavam para essa classe no século XIX.

Em 1956, durante a Revolução Húngara contra o autoritarismo soviético e com a forte repressão por parte de Moscou, Bookchin resolveu romper com o marxismo-leninismo e se aproximou de militantes e de estudos socialistas libertários e anarquistas. Nos anos de 1960, Bookchin apoiou o *Congress of Racial Equality (CORE)* e participou de protestos contra o racismo na Feira Mundial de 1964. Foi na década de 1960 que Bookchin começou a esboçar uma teoria original e vanguardista capaz de responder os anseios de setores da sociedade em superar o sistema capitalista, edificando novas formas de organização política, econômica e social:

o Municipalismo Libertário (Biehl, 2014, 2019).

Na década de 1970, influenciado pelo avanço das questões ambientais, Bookchin escreveu sobre ecologia, política e sociologia. Seus estudos, nessa fase, apresentam uma intensa crítica ao ambientalismo como movimento de transformação da exploração capitalista. Para Bookchin (1982), o movimento verde não seria capaz de revolucionar a infraestrutura do sistema econômico-político. O discurso e as ações dos ambientalistas, sem uma proposta mais abrangente de transformação social, levariam, segundo o autor, à renovação do capitalismo e à perpetuação da opressão, só que com outra roupagem.

De acordo com Bookchin (1982), somente uma revolução social poderia ser eficiente para acabar com toda opressão, inclusive a do homem sobre a natureza. Segundo autor: *“By the early sixties, my views could be summarized in a fairly crisp formulation: the very notion of the domination of nature by man stems from the very real domination of human by human”* (Bookchin, 1982, p.1). O espaço revolucionário, para Bookchin (1982, 1986, 1999, 2002), não era mais a fábrica e tampouco o campo, mas a cidade. O agente revolucionário

não seria a classe trabalhadora, os ambientalistas, ou qualquer outro grupo identitário, mas o próprio cidadão. A nova sociedade não surgiria por meio de uma ditadura do proletariado, porém mediante a construção de assembleias de cidadãos em um método de democracia de conselhos.

[...] proletarian socialism, precisely because it emphasizes that power must be based exclusively on the factory, creates the conditions for a centralized, hierarchical political structure. [...] the factory is not an autonomous social organism. The amount of social control the factory can exercise is fairly limited [...] (Bookchin, 1986, p. 175)

Depois de pesquisar o ambientalismo e a filosofia anarquista, mas reconhecendo suas limitações como processo revolucionário, Bookchin reúne diversos ensaios seus e apresenta sua teoria do Municipalismo Libertário – também denominado de Comunialismo. Esse é a tentativa de uma proposta revolucionária transclassista de incentivo comunitarista e multiculturalista que visa conjugar interesses comuns de diferentes setores sociais com o escopo de superar o sistema capitalista e toda sua opressão (Bookchin, 1986, 1999, 2002).

Para Bookchin (1999, 2002), o município, o bairro, a tribo, a aldeia, a comuna são os locais onde se faz a verdadeira e real política. É o espaço onde ocorre as mais densas relações

humanas, pois é o local de trabalho, de moradia, de divertimento, de negócios, etc. “A comuna é a célula viva que forma a unidade de base da vida política e da qual tudo provém: a cidadania, a interdependência, a confederação e a liberdade” (Bookchin; Boina; Enckell, 2003, p. 20). Entretanto, com a construção do Estado-moderno, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, com a Revolução Industrial no século XIX, e o fortalecimento do sistema capitalista; a ética social perdeu espaço para uma ética econômica utilitarista, individualista e mecanicista. Essa penetrou em vários meios sociais, como o próprio movimento sindicalista, que se estruturou não em um viés comunitarista de rede de proteção, mas em uma organização aos moldes dessa nova ética capitalista de campo de competição da sociedade industrial.

De acordo com Hunt e Sherman (2005), a ética capitalista-liberal estimulou a avareza, o comportamento aquisitivo, o desejo de acumular riqueza, a competição e as motivações egoístas e interesseiras. A urbanização moderna deu-se sob as acepções dessa leitura de mundo, logo a cidade e a comuna na Era moderna tornaram-se fragmentadas, divididas, conflitivas, enaltecendo apropriação desigual de espaços via

especulação imobiliária e reforçando seu papel puramente de reprodução da força de trabalho, menosprezando, assim, sua construção histórica, social-política pré-capitalista (Bookchin, 1984, 1999, 2002; Bookchin; Boina; Enckell, 2003).

Ao pregar o Municipalismo Libertário, Bookchin (1999, 2002) afirma que, na modernidade, a urbanização, em virtude da ética capitalista-liberal, degradou a cidade, o bairro e a comuna que saíram de um conceito de *cite* ou *polis* – corpo político de cidadão livre, para o de *urbe* – conjunto de edifícios, praças; ou seja, enalteceu o lado físico da cidade e não o comunal como rede de proteção.

[...] o município é espaço econômico e espaço humano, de transformação do grupo quase tribal em corpo político de cidadãos. A política — gestão da cidade (*polis*) — tem sido desvirtuada em governo do Estado, tal como a palavra *polis* tem sido impropriamente traduzida por Estado. Esta degradação da cidade em Estado repugna aos antiautoritários, dado que o Estado é instrumento das classes dominantes, monopólio institucionalizado da violência necessária para assegurar o domínio e a exploração do homem pelo homem (Bookchin, 1999, p. 13).

As relações entre as comunidades variadas nem sempre ocorreram alicerçadas na forma de relações entre Estados territoriais soberanos e iguais entre si. Essa forma social organizada em torno de um poder estatal é eminentemente moderna e recente. Anteriormente, havia relações comunais

construídas por afinidades de consanguinidade (família), de coabitação territorial (vizinhos) e afetiva-espiritual (amigos). Segundo Brancaleone (2008, p. 100), as origens da comunidade “[...] repousaria[m] na consciência da dependência mútua determinada pelas condições de vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco”. Esses padrões de relações comunitárias realizavam-se territorialmente em três núcleos espaciais: casa (família), comuna-aldeia-vila (vizinhos) e povoamento (amigos, formas comunitárias de sociabilidade).

Com a passagem do modo de vida rural para o urbano, por efeito do avanço do mercado orientado pela ética capitalista, as comunidades foram tendo seus núcleos organizacionais de sociabilidade sendo modificados aos poucos. Os círculos de parentesco e de vizinhança perderam forças, assim como os sentimentos e as atividades comunitárias. A economia que era doméstica, com produção baseada na agricultura, foi paulatinamente se convertendo para um modelo mercantilista, industrial com planejamento e científica. A convivência

que era baseada em hábitos, costumes e espiritualidade na comunidade passou a ser estruturada pela convenção, pela política estatal e pela opinião pública (Tönnies, 1947).

Para Bookchin (1999, 2002), é preciso rever essa construção do Estado-nação e retomar valores comunitaristas pré-Revolução Capitalista³⁵. De acordo com Bookchin (1999, 2002) e Bookchin, Boina, Enckell (2003), o conceito de Estado-nação é algo inventado, portanto não real. O avanço estatal sobre a comuna trouxe além do alargamento da organização burocrática federal, uma degradação do conceito de cidade e de comunidade como rede de proteção e de apoio ao indivíduo. As relações na cidade, dessa maneira, estão ocorrendo muito mais com as coisas e muito pouco com as pessoas na visão de Bookchin. Para o autor, o local de trabalho, a família, as associações, as relações interpessoais são fenômenos que ocorrem na comuna, no bairro, na cidade e não no Estado.

A Revolução Capitalista em sua fase técnico-científica-informacional tinha de servir, para Bookchin (1986),

³⁵Entende-se que a Revolução Capitalista foi o período longo de tempo que permitiu a mudança do sistema feudalismo para o capitalismo. Ela se iniciou no norte da Itália a partir do século XIV

e completou na Grã-Bretanha com a formação do Estado-nação ea Revolução Industrial no final do século XVIII (Bresser-Pereira, 2017).

não para a competição, o lucro, o egoísmo ou a individualização do ser humano, mas para possibilitar uma condição de “pós-escassez”, isto é, eliminar a necessidade de exploração laboral. O avanço da tecnologia e do sistema organizacional-informacional forneceu meio e instrumentos capazes de libertar as pessoas para retornarem seu posto de cidadãos e reconstruírem uma nova sociedade por meio de um autogoverno democrático.

Segundo Bookchin (1999, 2002) e Bookchin, Boina, Enckell (2003), inspirados nos estudos de Piotr Kropotkin e Liev Tolstói, a sociedade moderna atual possui capacidade de criar uma nova forma de governo centralizada nos movimentos de bairros, nas organizações tribais rurais e urbanas, nos movimentos feministas, nos ecologistas, nas associações de moradores e comunitários, entre outros como novos atores transformadores do sistema e da ética capitalista-liberal.

Os cidadãos e os diversos coletivos, segundo Bookchin (1998), organizariam em grupos de afinidade com interesses específicos, no entanto, também, com interesses comunitários gerais, como o de estabelecer uma sociedade mais digna, solidária e justa.

Os grupos de afinidade teriam atuação de proteção, organização e apoio social como ocorriam com os antigos círculos comunitários da Era pré-Revolução Capitalista e pré-Estado moderno. Os grupos de afinidade, de acordo com o autor, são as novas “assembleias de tribos”, agora urbanas e com outros valores, tradições e vínculos. Conforme Bookchin:

Os grupos de afinidade poderiam ser facilmente considerados como um novo tipo de prolongamento da família, em que os laços de parentescos foram substituídos por um relacionamento humano extremamente intenso, relacionamento que é alimentado por ideias e práticas revolucionárias comuns. [...] Cada grupo de afinidade tem um número limitado de participantes para garantir o maior grau de intimidade possível entre seus membros. Autônomos, comunitários e francamente democráticos, os grupos combinam as teorias revolucionárias a um estilo de vida e um comportamento igualmente revolucionários, criando um espaço livre onde os seus integrantes podem reestruturar-se, tanto individual quanto socialmente, como seres humanos (Bookchin, 1998a, p.162-163).

Se o sistema econômico e a ética capitalista-liberal transformaram a vida em sociedade em uma competição alienante, utilitarista, individualista, egoísta, estressante e sem propósito, em que a lógica estabelece supostos “ganhadores” e “perdedores” pelo ponto de vista econômico, sendo que um dos critérios utilizados para diferenciar os “vitoriosos” dos “derrotados” é o espacial, ou seja, local de trabalho e de moradia na cidade; haveria, portanto, a

necessidade de libertar a comuna e o município dessa ética perversa e desumana, restabelecendo redes de proteção e autogestão. A liberdade do município é, dessa maneira, muito mais do que meramente um acesso mais democrático aos espaços físicos ou naturais presentes na cidade, mas é o direito de organizar as próprias relações sociais, econômicas e políticas de forma mais cooperativista, solidária, interdependente e democrática.

[...] our freedom as individuals depends heavily on community support systems and solidarity. It is not by childishly subordinating ourselves to the community on the one hand or by detaching ourselves from it on the other that we become authentically human. What distinguishes us as social beings, hopefully with rational institutions, from solitary beings, presumably with minimal or no institutions, are our capacities for solidarity with each other, for mutually enhancing our self-development and creativity and attaining freedom within a socially creative and institutionally rich collectivity (Bookchin, 1986, p. 249).

A política partidária, para Bookchin, Boina e Enckell, (2003), criou um sistema de relação de poder gerido de forma profissional, instituindo estruturas hierarquizadas e burocráticas que acabaram rotulando os cidadãos como simples eleitores e pagadores de impostos. A crise democrática, que as nações estão passando, é oriunda dessa estrutura arcaica de representatividade que, assim como diversas outras relações, foi impregnada pela ética capitalista-liberal. Para Bookchin (1986,

1999, 2002), a solução passa necessariamente por uma maior descentralização institucional que não resultaria fatalmente em uma descentralização territorial. Seria o repasse do poder administrativo para conselhos e assembleias locais, retomando o protagonismo político dos cidadãos. O autor apregoa o resgate da noção do conceito de política como: gestão dos negócios públicos pela população em nível comunitário, isto é, a política como algo participativo e cotidiano das pessoas.

O espaço para isso é, segundo Bookchin (1986, 1999, 2002): as praças, as associações, o local de trabalho e de lazer, a escola, os clubes, as ligas, os grupos de afinidade etc.; distribuídos espacialmente pela cidade, pela comuna e pelo bairro. Dessa forma, os indivíduos organizados em conselhos e em associações laicas buscariam a autogestão, a democracia direta e participativa e a vida comunitária como mecanismo de transformação e proteção social, porém sem perder suas singularidades. O indivíduo alcançaria sua liberdade, que segundo o autor, só seria possível no relacionamento comunal onde “[...] cada um existiria no e pelo outro” (Bookchin, 2010, p.60).

Uma política baseada na participação direta dos cidadãos em nível comunitário é uma política orgânica, ecológica e não formal. Uma política em que cada cidadão amadurece individualmente por meio de seu próprio engajamento político tornando-se cada vez mais capaz de controlar seu destino e poder determiná-lo. Os processos participativos de gestão pública se desenvolvem de forma que a esfera política reforça a individualidade e a esfera individual reforça a política. Um processo de reciprocidade em que o eu individual e o nós coletivo se apoiam mutuamente. Os cidadãos são os agentes da decisão e da autogestão política da vida comunitária. (Bookchin; Boina; Enckell, 2003, p.13).

Percebe-se que Bookchin intenta, sobretudo, resgatar a tradição de autonomia da cultura helênica e sua preocupação com a educação política do cidadão. Nas palavras do autor: “[...] a autonomia helênica estava intimamente relacionada com a ideia de governo social, e com a capacidade que o indivíduo tinha em participar diretamente no governo da sociedade em que vivia, antes mesmo de se ocupar de suas atividades econômicas” (Bookchin, 1998b, p. 82).

Não somente politicamente o município ganha força na Teoria desenvolvida por Bookchin, mas, também, economicamente. Para contrapor a crescente privatização dos bens públicos e o fortalecimento das grandes corporações, que propagam e perpetuam valores da ética capitalista-liberal, bloqueando o nascimento de uma ética mais solidária-cooperativista, o autor propõe a municipalização dos

fatores de produção. A municipalização da economia permite com que os fatores de produção sejam colocados na posse – sem direito de propriedade – da comunidade na forma de assembleias de cidadãos para que sejam utilizados em benefício da própria sociedade local (Bookchin, 1996-2004).

A economia dos diversos municípios não competiria entre si. Por meio das assembleias e de conselhos de cidadãos, as entidades econômicas tenderiam a seguir preceitos éticos de cooperação e de intercâmbio comercial justo. Esse seria organizado em confederações de cidades. Com noções de limite e de equilíbrio, a economia no Municipalismo Libertário apregoa uma economia moral em oposição a uma economia de mercado. A economia moral visa a real interdependência econômica e a solidariedade. Nas palavras de Bookchin: “[...] a terra e as empresas sejam postas de modo crescente à disposição da comunidade, ou mais precisamente, à disposição dos cidadãos em suas livres assembleias e de seus deputados nos conselhos confederais” (Bookchin, 2003, p.35).

Defensor da autogestão e da ação direta, Bookchin (1996-2004) argumenta que a produção não seja assentada

totalmente na produtividade e no lucro, contudo em uma responsabilidade cívica, em um comprometimento moral do indivíduo com a comunidade e com a sustentabilidade ambiental. Segundo Bookchin:

[...] a criação de uma economia inteiramente nova, baseada não só na “democracia no local de trabalho”, mas na estetização das capacidades produtivas humanas; a abolição da hierarquia e dominação em todas as esferas da vida pessoal e social; a reintegração de todas as comunidades sociais e naturais em um ecossistema comum. Este projeto implica um corte total com a sociedade de mercado, as tecnologias dominantes, o estatismo, as sensibilidades patricêntricas e prometêicas para com os humanos e a natureza, que foram absorvidas e realçadas pela sociedade burguesa (Bookchin, 2010, p. 32).

À medida que cada comuna, aldeia, bairro e município se libertam, autorregulando-se e vivenciando uma economia municipalizada em uma democracia direta; os grupos de municípios libertários constituiriam confederações com o objetivo de superar a centralização estatal e o sistema capitalista-liberal. As assembleias, as associações, os grupos teriam, ademais, de formar uma guarda armada ou milícia de cidadãos para protegerem sua nova organização social, política e econômica da ameaça dos interesses do capital e do Estado (Bookchin, 1996-2004).

Em suma a estratégia de ação do Municipalismo Libertário pode ser categorizada nas seguintes etapas: i) dar

autonomia as municipalidades de forma legal e com poder de decisões, inclusive econômico; ii) democratizar os municípios por meio de assembleias de base compostos por grupos de afinidade unidos por ideias e práticas revolucionárias comuns; iii) unir as municipalidades em redes regionais e nas confederações mais amplas, trabalhando paulatinamente para substituir os Estados-nações por confederações municipais; iv) unir os movimentos sociais, os coletivos, as associações vanguardistas, fortalecendo a sociedade civil e estabelecendo um ponto focal mútuo e de interesses gerais; v) assembleias comunais devem se reunir para debates, conflitos e deliberações, tornando uma arena de luta de classes e mantendo sempre seu caráter laico.

RADICALISMO DEMOCRÁTICO DE CHANTAL MOUFFE

Chantal Mouffe tem sua formação intelectual mais ligada a centros universitários do que ao ativismo político. Mouffe nasceu em 1943 em Charleroi, na Bélgica. Na juventude, frequentou as universidades de Lovaina, Paris e Essex, concentrando seus estudos em Ciência Política. Mouffe passou por diversas universidades como professora,

incluindo *Harvard, Cornell, Princeton e Centre National de la Recherche Scientifique*. Entre 1989 a 1995, foi chefe de departamento no *Collège International de Philosophie* em Paris. Atualmente, é professora de Teoria Política e líder do Centro para o Estudo da Democracia na Universidade de Westminster no Reino Unido.

Mouffe vem escrevendo, desde o final da década de 1970, sobre análise do discurso e socialismo. Todavia, é em meados da década de 1980 que surgiu seus principais estudos pós-marxistas sobre democracia, que ganharam maturidade na década de 1990. Juntamente com seu marido, Ernesto Laclau – teórico político argentino e professor de Essex –, Mouffe aos poucos foi rejeitando as ideias de que o determinismo econômico marxista e a luta de classes seriam os pontos fundamentais na dinâmica social. O foco, para eles, passou a ser uma visão pós-marxista com teorias da identidade e da redefinição da política de esquerda em termos de democracia radical e contexto de gramáticas livres de relações de poder.

Mouffe, assim como Bookchin, critica a democracia deliberativa imposta pelo sistema capitalista-liberal,

particularmente a visão defendida por John Rawls e por Jürgen Habermas com sua pretensão de conciliar a liberdade dos gregos – democracia – com a liberdade dos modernos – liberalismo. Segundo Mouffe:

O tão apregoadado “triunfo” da democracia liberal chega num momento em que se verificam cada vez mais discordâncias quanto à sua natureza. Algumas destas discordâncias dizem respeito a um ponto fundamental do liberalismo: a neutralidade do Estado. Como devemos entender isto? Uma sociedade liberal será aquela em que o Estado é neutro e permite a coexistência de diferentes modos de vida e concepções do bem? Ou será uma sociedade em que o Estado promove ideias específicas, como igualdade e a autonomia pessoal? Muitos liberais, numa tentativa de darem resposta ao desafio comunitarista do Estado neutro, defenderam recentemente que, longe de negligenciar as ideias relativas ao bem, o liberalismo é a materialização de um conjunto de valores específicos (Mouffe, 1996, p.179).

Para a autora, o mundo globalizado está enfrentando conflitos plurifacetados como: étnicos, religiosos, gênero, nacionalistas, entre outros. Neste mundo de complexidade política, a democracia liberal representativa ocidental não consegue mais ser eficaz e ter legitimidade. Isso ocorre, segundo Mouffe (1996), pois o universalismo, o racionalismo e o individualismo da teoria liberal têm menosprezado à especificidade da política na vida social, mormente sua capacidade de gerenciar o papel do antagonismo e do poder nas relações comunais. De acordo com a autora, a economia foi a responsável por cegar e por engolir o espaço da política,

gerando turbulências e ameaças na democracia.

Encarar a política como um processo racional de negociação entre indivíduos é obliterar toda a dimensão de poder e antagonismo – aquilo a que chamo “o político” – e falhar, assim, a sua natureza. É também negligenciar o papel predominante das paixões como forças impulsionadoras de conduta humana. Além disso, no campo da política, o que encontramos são grupos e identidades colectivas, e não indivíduos isolados, que significa que a sua dinâmica não pode ser apreendida pela redução a cálculos individuais (Mouffe, 1996, p.186).

Para Mouffe (1996), o pluralismo da democracia representativa é frustratório, uma vez que há um consenso liberal alicerçado no racionalismo, no individualismo, no universalismo e privilegiando uma leitura mais economicista do que política da vida social. Em razão disso, o modelo democrático representativo liberal é de baixa intensidade e está sendo incapaz de ordenar as relações de poder na contemporaneidade.

De acordo com a autora, a democracia representativa liberal estabelece conflito antagonístico, isto é, Nós vs Eles de forma equivocada. Os indivíduos se enxergam como inimigos e tentam anular uns aos outros, portanto qualquer tentativa de compartilhamento se perde. O conflito antagonístico é na verdade um confronto, pois o importante é vencer.

Esse tipo de liberalismo é incapaz de compreender de maneira adequada a natureza pluralista do mundo social, com os conflitos que o pluralismo acarreta; conflitos para os quais jamais poderá existir qualquer solução racional. A típica interpretação liberal do pluralismo é que vivemos num mundo em que existe, de fato, um grande número de pontos de vista e de valores, e que, devido às limitações empíricas, eles nunca poderão ser adotados em conjunto, mas que, ao serem reunidos, constituem um conjunto harmonioso e não conflitante (Mouffe, 2015, p.9).

O confronto, para a autora, é negativo em virtude de se buscar a eliminação de outra pessoa, de grupo ou de ideia. A solução, para cessar o confronto, envolve a retomada da noção do conflito agonismo, que pode levar a melhoraria da condição da convivência. No conflito agonismo há a mesma relação Nós vs Eles, entretanto não há inimigos, mas adversários. Não há a tentativa de eliminação do outro, mas a procura de convencimento, mesmo sabendo que isso às vezes é racionalmente impossível. Conforme Mouffe (2015, p.02): “O anseio por um mundo no qual a dicotomia nós/eles estaria superada está baseado em falsas premissas, e aqueles que compartilham essa visão certamente não compreendem a verdadeira tarefa que a política democrática tem diante de si”.

Para a autora, o próprio esforço no ato de conflitar agonismo estimularia uma força capaz de por si só impulsionar as transformações sociais, econômicas e

políticas. No cerne do conflito agonismo não está o consenso, mas a disputa por aquilo que os grupos não estão dispostos a colocar na balança para negociar. As posições de esquerda-direita ficam claras e suas concepções e sentido político manifestados de formas diferenciadas, sendo a representação das reivindicações populares o principal papel da esquerda.

Na visão de Mouffe (2005), a democracia representativa liberal estabeleceu o confronto antagonístico em vez do conflito agonismo. O importante na democracia representativa liberal é vencer o confronto e obter a hegemonia por meio da destruição do oponente ou criando um consenso centralizador. A convivência social é conflitiva e somente a política teria a potencialidade de organizar a coexistência humana ao optar pelo conflito agonismo e produtivo.

Tendo como finalidade ser aceite como legítimo, o conflito necessita adotar uma forma que não destrua a associação política. Isto significa que algum tipo de ligação deve existir entre as partes em conflito, de forma a que não tratem os seus oponentes como inimigos a erradicar, ao considerar as suas exigências ilegítimas, que é exatamente o que acontece na relação antagonista de amigo/inimigo. [...] Se queremos reconhecer, por um lado, a permanência da dimensão conflitual antagonista ao mesmo tempo que, por outro, permitimos a possibilidade de "domesticação", precisamos de perspectivar um terceiro tipo de relação. A este tipo de relação proponho chamar agonismo. Enquanto que o antagonismo é uma relação nós/eles na qual as duas partes são inimigas que não partilham

qualquer referencial comum, o agonismo é uma relação nós/eles entre partes em conflito que, apesar de admitirem que não existe qualquer solução racional para o seu conflito, reconhecem a legitimidade do seu oponente. São "adversários", não "inimigos". (Mouffe, 2005, p. 20)

A radicalização da participação política, para Mouffe (2001, 2005), é a sobrevivência da democracia na atualidade. Caso não haja uma virada democrática radical, a crise de representatividade no atual modelo da democracia representativa poderá resultar na própria morte da democracia. O revigoramento da democracia passa pela valorização de um conflito agonismo claro entre direita e esquerda em busca da persuasão e do convencimento, não da anulação do outro ou pelo fim do conflito por meio do consenso ao centro. O conflito, no entanto, está sendo inviabilizando em virtude do atual modelo racionalista e economicista das democracias deliberativas ou dialógicas liberais. Ao procurar o consenso ao centro ou a eliminação do outro, os atuais modelos permitem o surgimento de correntes antidemocráticas, neoconservadoras e populistas de extrema-direita. O único consenso possível está no campo simbólico, onde ocorre o conflito democrático. De acordo com Mouffe:

Uma excessiva ênfase no consenso, unida ao rechaço da confrontação, conduz à apatia e ao distanciamento com relação à participação

política. Ainda pior, o resultado pode ser a cristalização das paixões coletivas em torno de questões que não podem ser resolvidas mediante um processo democrático e a explosão dos antagonismos pode deixar em pedaços os próprios fundamentos da civilidade (Mouffe, 2001, p. 17).

A contenção da crise democrática atual, conseqüentemente da ascensão dos movimentos populistas e fascistas de extrema-direita, passaria, inevitavelmente, pela radicalização da democracia. Segundo a autora: “O que defendemos é uma espécie de “democracia liberal radical” – nós não a apresentamos como uma rejeição do regime democrático liberal ou a instituição de uma nova forma política de sociedade” (Mouffe, 1996, p. 20). Mouffe (1992, 1996, 2001, 2005) rejeita a democracia representativa liberal com seu viés economicista, mas, ao mesmo tempo, não apregoa a adoção de uma democracia direta ou comunitária e tampouco um método de superação do capitalismo. O objetivo da autora é “[...] estender a democracia no âmbito de um regime liberal-democrático” (Mouffe 1992, p. 3).

Dessa forma, seria preciso resgatar o conceito de “político”, que sofre constante ameaça, pelo de “política”. O primeiro, de acordo Mouffe (1996), tem relação com a dimensão social das próprias relações humanas conflitivas, enquanto o segundo está

correlacionado com o conjunto de práticas e de instituições por meio das quais tentam organizar a coexistência humana. O modelo de democracia representativa liberal contemporânea no campo da política não consegue reconhecer o político. A política, por sua vez, vem faltando ao negar espaço para o antagonismo.

A Democracia Radical e plural defendida por Mouffe visa dar voz e reconhecimento às multidentidades presentes na sociedade. A “radicalização da tradição democrática moderna” por meio da “extensão e aprofundamento da revolução democrática” (Mouffe, 1992, p. 01). As aberturas de espaços democráticos mais amplos e plurais permitiriam o renascimento do antagonismo como dimensão ontológica do político. O antagonismo existe e gera conflitos que por sua vez podem vivificar a democracia. Os conflitos, contudo, devem ser mediados por um pluralismo democrático agonístico. Nas palavras de Mouffe:

Diferentemente de outros projetos de democracia radical ou participativa informados por um marco racionalista, a democracia radical e plural rechaça a própria possibilidade de uma esfera pública de argumento racional não excludente em que seja possível alcançar um consenso não coercitivo. Ao mostrar que dito consenso é uma impossibilidade conceitual, não põe em perigo o ideal democrático, como alguns argumentariam. Ao contrário, protege a democracia pluralista de qualquer tentativa de fechamento. De fato, essa

negativa constitui uma importante garantia de que se manterá viva a dinâmica do processo democrático (Mouffe, 2003, p. 49).

Na radicalização da democracia, construindo algo mais pluralista, social e menos universalista e racional, Mouffe procura retornar o conflito no conjunto de práticas e de instituições da política. Isso pode romper a apatia da sociedade diante dos programas políticos completamente similares da esquerda e da direita imposto pela lógica econômica liberal. O conflito agonismo – além de envolver mais o indivíduo com o viver político, rompendo com a impassibilidade que a democracia representativa liberal sujeita as pessoas – pode deter os avanços dos movimentos da extrema direita e neoconservadores, uma vez que fortalece a soberania popular ao incorporar uma demanda de maior participação reprimida da população e esvazia a ressonância do discurso autárquico de comando.

Acredito que deveríamos almejar o estabelecimento de uma ordem mundial pluralista onde um grande número de unidades regionais coexistam, com suas culturas e valores diferentes, onde uma pluralidade de compreensões dos “direitos humanos” e formas de democracia seriam consideradas legítimas (Mouffe, 2003, p.13).

Os trabalhos de Mouffe intentam, dessa maneira, transformar a democracia representativa liberal em um modelo agonístico da democracia, radicalizando por meio da construção de novos

mecanismos institucionais capazes de ordenar e de gerenciar as diversas pluralidades sociais ocasionadoras de conflitos. O espaço social, como um local discursivo, não deve evitar os conflitos e o surgimento dos adversários, mas os confrontos, o nascimento do sentimento de inimigos tão presentes no populismo de extrema-direita e o consenso imposto pelo centro e pela economia liberal.

A Democracia Radical, apregoada por Mouffe (1992, 1996, 2003, 2005), tem o propósito de recolocar o viver político no centro do conjunto de práticas e de instituições da política como uma luta racional e honesta de respeito pelas formas de vida e modos de existência. A política, para a autora, não pode ser vista como um mero balcão de negócio inerente do capitalismo e onde se barganha redistribuição das ações públicas; tampouco o viver político é uma arena de guerra onde a finalidade é vencer ou destruir um oponente. A política é onde há a possibilidade de criar novas formas de organização e de vivências, expandindo as potencialidades do existir político. No entanto, isso não quer dizer que esses espaços democráticos que Mouffe defende têm a intenção de se tornarem em assembleias com poder

decisório em um viés de democracia direta ou comunitária.

Em síntese, o que Mouffe (1992, 1996, 2003, 2005) denomina de Democracia Radical é a ampliação dos espaços democráticos e o revigoramento das práticas e das instituições políticas dentro do modelo liberal-capitalista, contudo oportunizando um viver político mais intenso e profundo. Para tanto, é necessário assegurar o conflito agonismo, porquanto ele é o único propício de atender as demandas de reconhecimento por parte de setores sociais e de indivíduos, bem como de fazer com que tanto a direita quanto a esquerda encontrem seus verdadeiros posicionamentos na luta por questões econômicas, políticas e sociais. A Democracia Radical, para a autora, centraliza a democracia nos grupos sociais, retirando-a do mercado e da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou apresentar de forma sucinta e didática os trabalhos do autor Murray Bookchin, com sua Teoria do Municipalismo Libertário, e da autora Chantal Mouffe, com sua perspectiva de Democracia Radical, acerca da participação política e da crise

democrática vigente na atualidade. Ambos os autores constataram o fracasso da democracia representativa liberal para responder os dilemas do mundo moderno. Não somente isso, tanto Bookchin quanto Mouffe afirmam que o modelo vigente se tornou refém do racionalismo economicista ortodoxo. As proposições para superar a crise democrática atual e o avanço do neoconservadorismo pelos autores, todavia, são distintas.

Ambos os autores saíram de uma interpretação marxista da sociedade e se deslocaram para outras leituras, entretanto os caminhos que eles optaram foram diferenciados. Enquanto Murray Bookchin moveu-se para o anarquismo e o socialismo libertário como marco teórico, mantendo-se fiel ao projeto emancipatório do modernismo e à superação do capitalismo como etapa final de seu projeto; Mouffe enveredou-se para o pós-marxismo com sua análise discursiva e semiótica das relações de poder, rejeitou-se a universalidade do projeto modernista e adotou-se o relativismo e o subjetivo do pós-modernismo. Mouffe não propõe um modelo de superação do capitalismo, enfoca no conflito agonismo como meio e processo, menosprezando a infraestrutura econômica da sociedade.

Mouffe faz uma leitura analítica do mundo contemporâneo enriquecedora ao demonstrar claramente que o conflito de ideias, de projetos e de grupos como adversários, isto é, buscando convencer um ao outro, possibilitando a transformação social, não encontra mais espaço nas relações sociais atuais. O modelo de confronto de indivíduos – com identidades líquidas em virtude do individualismo liberal com uma clara dicotomia entre amigos vs inimigos, objetivando o extermínio do outro – o consenso econômico, bloqueando o desenvolvimento social, dominaram as diversas dimensões da vida humana.

A leitura do mundo contemporâneo em Mouffe é primordial, tanto é que seus escritos vêm conquistando importantes leitores e defensores como: *Podemos* na Espanha e o *SYRIZA* na Grécia. Todavia, o modelo teórico de Mouffe é reformista ao não propor um projeto de superação da ética e do sistema capitalista-liberal, mas somente da democracia deliberativa.

É evidente que a apatia política e a carência do viver político junto com o consenso econômico, como a autora demonstra nos seus estudos, são umas das causas da crise democrática e o fortalecimento dos movimentos fascistas

e neoconservadores na atualidade. Assim, é basilar aumentar o nível de debates, de participação popular e incentivar a inclusão e a integração da população no político, gerando o conflito agonismo. Entretanto, quais seriam os espaços responsáveis para estabelecer esse modelo? Seriam os velhos e os antigos espaços institucionais já enviesados da política? O conflito agonismo poderia transformar a democracia deliberativa em uma democracia radical e mais plural, mas seria capaz de transformar a ética capitalista-liberal?

Além disso, Mouffe não se dedica a debater como democratizar o mercado e os fatores de produção. A despeito de ter vindo de uma tradição marxista, assim como Bookchin, Mouffe não se propõe a debater a infraestrutura social, isto é, o materialismo econômico. Mouffe procura radicalizar a democracia deliberativa em seus espaços político-sociais como se somente isso fosse capaz de reestruturar a economia e o mercado capitalista. Pode-se afirmar, por consequência, que apesar de Mouffe utilizar um campo semântico e conceitual socialista e de se considerar de esquerda pós-marxista, ela se aproxima – no espectro econômico – do liberalismo social de Amartya Sen,

Anthony Guiddens e Fernando Henrique Cardoso, porém com mais participação política dos grupos sociais.

A hipótese da pesquisa, então, é válida, uma vez que Mouffe intenta em modificar o sistema político e democrático para torná-lo mais justo por meio do conflito agonismo e do viver político, mas não cria uma teoria emancipatória. Mouffe não dá a devida importância de que as arenas onde o debate e o político agem são regulados pelo Estado e suas instituições, tendo como bloco de poder a classe burguesa. A ética capitalista-liberal não permitiria o avanço do conflito agonismo e do viver político ao ponto de proporcionar uma radicalização democrática e econômica, o que haveria seria uma participação política maior por meio de uma inserção-excludente. Essa poderia gerar satisfação e pequenas transformações em um momento, mas não mudanças na infraestrutura de fato.

Diante disso, o artigo acredita que a Teoria do Municipalismo Libertário de Murray Bookchin consegue responder melhor os anseios por mudanças presentes na comunidade e em evitar a cooptação da população pelos movimentos neoconservadores e neofascistas, que aproveitam o desalento

e a crise democrática na sociedade contemporânea. Bookchin defende uma política em que cada cidadão deixa de ser um mero pagador de imposto ou eleitor, mas passa a exercer maior protagonismo político e econômico no seu hábitat natural e social, ou seja, sua tribo, seu bairro, sua comuna, sua cidade. O cidadão amadurece individualmente por meio de seu próprio engajamento político e econômico tornando-se cada vez mais capaz de controlar seu destino e poder determiná-lo.

A liberdade do município é, dessa maneira, muito mais do que meramente um radicalismo democrático de participação em instituições liberais. A liberdade do município é o direito de organizar as próprias relações sociais, econômicas e políticas de forma mais cooperativista, solidária, interdependente e democrática. O Municipalismo Libertário não perdeu a essência modernista e anticapitalista, manteve-se revolucionário – com um modelo mais gradualista-vanguardista – e optou por uma leitura transclassista da sociedade, incorporando temas pós-marxistas, mas sem menosprezar a infraestrutura econômica.

O Municipalismo Libertário não tem a ilusão de acabar utopicamente com

os conflitos, mas tem aspiração de criar movimentos sociais capazes de organizar o espaço comunal de forma mais democrática, humano e menos violento estruturalmente, culturalmente e diretamente³⁶. Os conflitos serão debatidos em assembleias, grupos de afinidade, coletivos, etc, edificados em nível local e confederados. O confronto para o Municipalismo Libertário, por sua vez, tem de ser evitado, mas caso ele ocorra, os grupos e assembleias populares precisam estar preparados e possuírem guarda armada para preservarem sua liberdade e municipalização dos fatores de produção.

Evidencia-se, ademais, que Bookchin procurou resolver, inclusive, a questão da crise de identidade presente na contemporaneidade. O modelo da democracia representativa liberal vigente fez com o indivíduo se fragmentasse, surgindo várias identidades, que por vezes são contraditórias. O descentramento do indivíduo fez com que ele não possuísse uma identidade fixa, essencial ou permanente.

O indivíduo, na democracia representativa liberal, é variável, problemático e está em constante crise identitária. Ao fixar a vida do indivíduo na comuna, no bairro e na cidade, Bookchin não somente cria um espaço de participação política, social e econômica, mas estabelece, também, um sentimento de pertencimento, de raiz, ao permitir o renascimento de elos e de vínculos comunitários presentes na Era pré-Revolução Capitalista. O indivíduo se sente pertencido ao local e toda sua rede de proteção, que é concreto, mesmo estando conectado ao global – algo, na maior parte da vez, abstrato. Bookchin consegue colaborar, assim, para a amenização da crise identitária e a liquidez da sociedade. O modelo do Municipalismo Libertário vem sendo implementado, dentro dos limites impostos pela conjuntura local e global, em duas regiões: Rojava na Síria e Chiapas no México.

Infere-se que os trabalhos tanto de Murray Bookchin quanto de Chantal Mouffe contribuem significativamente para compreender o mundo contemporâneo com suas particularidades. Tanto Bookchin quanto

³⁶Para conhecer melhor o debate sobre violência e suas três formas na sociedade (estrutural, direta

e cultural) ver os diversos trabalhos de Johan Galtung. Uma introdução a sua vasta obra pode ser lida em: Amaral (2015).

Mouffe fazem um esforço teórico com o escopo de achar meios de criar confluências entre as identidades em um cenário fragmentando e multicultural da atualidade. Os dois intelectuais chegam parcialmente à mesma conclusão: é preciso radicalizar a democracia (com pluralismo, participação, inclusão, etc.). Bookchin e Mouffe enxergam o conflito como algo salutar e com potencialidade de transformação da sociedade. A principal diferenciação entre os dois é a

de que o Municipalismo Libertário de Bookchin mostra um caminho mais claro e infraestrutural que deve ser percorrido para alcançar os objetivos propostos, enquanto o Radicalismo Democrático de Mouffe se dedica mais a caracterizar os dilemas contemporâneos e se mantém resignado perante as instituições liberais e o capitalismo.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Rodrigo A. D. (2015). Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. Araraquara: *Revista Cadernos de Campo*, n. 19, p.p 101-116. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7661>. Acesso em 31 de jul. 2019.

BIEHL, Janet .(2014). *Ecology or Catastrophe: The Life of Murray Bookchin*. London: Oxford University Press.

BIEHL, Janet. (2019). Bookchin's Libertarian Municipalism. *Revista Cadernos de Campo*, Unesp-

Araraquara, n. 26 p. 63-78, jan. /jun. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12950/8500>. Acesso em 14 de set.

BOBBIO, Norberto. (1986). *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra.

BOOKCHIN, Murray.(1982). *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy*. Palo Alto: Cheshire Books.

BOOKCHIN, Murray. (1984). *Popular Politics vs. Party Politics*. River Valley Voice. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/politics.html. Acesso em 31 de jul. 2019.

- BOOKCHIN, Murray. (1986). *Post-scarcity anarchism*. Montreal-Buffalo: Black Rose Books.
- BOOKCHIN, Murray. (1998a). Grupos de Afinidade. In. WOODCOK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. São Paulo: L&PM.
- BOOKCHIN, Murray. (1998b). *Murray Bookchin – Textos dispersos*. Lisboa: SOCIUS.
- BOOKCHIN, Murray. (1999). *Municipalismo libertário*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/SOMA.
- BOOKCHIN, Murray. (2002). The Communalist Project. *Communalism: International Journal for a Rational Society*, 2, Nov. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-the-communalist-project>. Acesso em: 31 de jul.2019.
- BOOKCHIN, Murray. (1996-2004). *The Third Revolution: Popular Movements in the Revolutionary Era*. London: Cassell.
- BOOKCHIN, Murray. (2010). *Ecologia social e outros ensaios*. Organização e prefácio Mauro José Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé.
- BOOKCHIN, Murray; ENCKELL, Marianne; BOINO, Paul. (2003). *O bairro, a comuna, a cidade... Espaços libertários*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/IEL.
- BRANCALEONE, Cassio. (2008). Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, Florianópolis, v.39, n.01, p. 98-104. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511>. Acesso em 10 de ago. 2019.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2017). The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol.37 no.4 São Paulo, p.680-703. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0101-31572017000400680>. Acesso em 10 de out. 2018.
- GORENDER, Jacob. (1999). *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática.
- HUNT, E.K; Sherman, Howard J. (2005). *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes.
- MORAES, Isaiás A.; VIEIRA, Fernando A. C. O municipalismo libertário e a Revolução em Rojava. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v.7, n.2, p. 62-109. Disponível em:

http://www.seer.ufu.br/index.php/critica_sociedade/article/view/39283. Acesso em 05 de fev. 2021.

MOUFFE, Chantal. (1992). *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship Community*. London: Verso.

MOUFFE, Chantal. (1996). *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.

MOUFFE, Chantal. (2001). Globalização e Cidadania Democrática. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba, v.36, p. 17-25. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1779>. Acesso em 15 de mai. 2018.

MOUFFE, Chantal. (2003). Democracia, cidadania e a questão do

pluralismo. Florianópolis: UFSC. *Revista Política & Sociedade*, nº3, p.11-26. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>. Acesso em 31 de jul. 2018.

MOUFFE, Chantal. (2005). *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa Editorial.

NOGUEIRA, Marco. (2013). *A. As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

TÖNNIES, Ferdinand. (1947). *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losa